

Amanda Athayde

Prefácio

*Paula A. Forgioni*

Apresentação

*Ana Frazão*

# MANUAL DOS ACORDOS DE LENIÊNCIA NO BRASIL

Teoria e prática

CADE, BC, CVM, CGU, AGU, TCU, MP

2ª edição revista, ampliada e atualizada

Pesquisadoras colaboradoras:

Agnes Macedo de Jesus, Anna Binotto, Deborah Novaes,  
Isabela Monteiro e Mônica Tiemy Fujimoto

Belo Horizonte

**FORUM**

CONHECIMENTO JURÍDICO

2021

© 2019 Editora Fórum Ltda.  
2021 2ª edição

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

### Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Brito	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Márcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

# FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

AT865m	Athayde, Amanda Manual dos Acordos de Leniência no Brasil: teoria e prática — CADE, BC, CVM, CGU, AGU, TCU, MP / Amanda Athayde. 2. ed. – Belo Horizonte: Fórum, 2021. 659p.; 14,5cm x 21,5cm  ISBN: 978-65-5518-258-3  1. Direito da Concorrência. 2. Direito Antitruste. 3. Direito Econômico. 4. Direito Empresarial I. Título.  CDD: 341.378 CDU: 346
--------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ATHAYDE, Amanda. *Manual dos Acordos de Leniência no Brasil: teoria e prática* — CADE, BC, CVM, CGU, AGU, TCU, MP. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 659p. ISBN 978-65-5518-258-3.

## SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b>	
<b>Paula A. Forgioni</b> .....	25
<b>APRESENTAÇÃO</b>	
<b>Ana Frazão</b> .....	27
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	31
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>TEORIA GERAL DOS ACORDOS DE LENIÊNCIA</b> .....	39
1.1 Justificativas para a instituição de um programa de leniência ...	41
1.1.1 Detecção de práticas ilícitas como justificativa dos acordos de leniência .....	43
1.1.2 Obtenção de provas como justificativa dos acordos de leniência .....	54
1.1.3 Eficiência, efetividade e alavancagem investigativas como justificativa dos acordos de leniência.....	57
1.1.4 Cessação da infração como justificativa dos acordos de leniência .....	61
1.1.5 Sanção aos demais infratores como justificativa dos acordos de leniência .....	63
1.1.6 Recolhimento de verbas pecuniárias como justificativa dos acordos de leniência .....	68
1.1.7 Dissuasão de práticas ilícitas futuras como justificativa dos acordos de leniência .....	80
1.1.8 Aprimoramento dos processos administrativos públicos como justificativa dos acordos de leniência .....	91
1.2 Pilares para a estruturação de um programa de leniência efetivo .....	93
1.2.1 Alto risco de detecção da prática como pilar para a estruturação de um programa de leniência efetivo.....	94
1.2.2 Receio de severas punições como pilar para a estruturação de um programa de leniência efetivo .....	98

1.2.3	Transparência, previsibilidade e segurança jurídica como pilares para a estruturação de um programa de leniência efetivo .....	118
1.3	Requisitos compartilhados por todos e requisitos específicos de alguns acordos de leniência no Brasil .....	122
1.3.1	Requisitos compartilhados por todos os acordos de leniência no Brasil .....	126
1.3.1.1	Cessação da conduta como requisito compartilhado por todos os acordos de leni�ncia .....	127
1.3.1.2	Confissão como requisito compartilhado por todos os acordos de leni�ncia .....	127
1.3.1.3	Coopera�o com a investiga�o e ao longo de todo o processo como requisito compartilhado por todos os acordos de leni�ncia .....	128
1.3.1.4	Resultado da coopera�o como requisito compartilhado por todos os acordos de leni�ncia.....	129
1.3.2	Requisitos específicos de alguns acordos de leniência no Brasil	130
1.3.2.1	Primazia como requisito específico de alguns acordos de leniência .....	131
1.3.2.2	No momento da propositura, ausência de provas suficientes contra o proponente, como requisito específico de alguns acordos de leniência .....	132
1.3.2.3	Programa de <i>compliance</i> /integridade como requisito específico de alguns acordos de leniência .....	133
1.3.2.4	Auditoria externa/Monitor externo como requisito específico de alguns acordos de leniência .....	134
1.3.2.5	Recolhimento de verbas pecuniárias como requisito específico de alguns acordos de leniência .....	136
1.4	Panorama geral dos acordos de leniência no Brasil e coopera�o inter e intrainstitucional na negocia�o e no sancionamento .....	138
1.4.1	Breve panorama geral dos acordos de leni�ncia no Brasil .....	139
1.4.2	A coopera�o intra e interinstitucional nos acordos de leni�ncia no Brasil.....	146
1.4.2.1	Da coopera�o interinstitucional no momento da negocia�o/ celebra�o dos acordos de leni�ncia .....	149
1.4.2.2	Da coopera�o interinstitucional no momento do sancionamento dos envolvidos nos ilícitos processados com origem nos acordos de leni�ncia .....	162
1.4.2.2.1	Da coopera�o intrainstitucional nos acordos de leni�ncia.....	176
1.4.3	Dos acordos assemelhados que não constituem acordos de leni�ncia .....	176

1.4.3.1	Acordos de colaboração premiada.....	184
1.4.3.1.1	Breve histórico dos acordos de colaboração premiada na Lei nº 12.850/2013.....	184
1.4.3.1.2	Da legitimidade para a celebração dos acordos de colaboração premiada .....	195
1.4.3.1.3	Orientações do MPF sobre a celebração de acordos de colaboração premiada .....	198
1.4.3.2	Acordos de Não Persecução Cível e Penal.....	205
1.4.3.3	Termo de Compromisso de Cessação (TCC) Antitruste no Cade .....	222
1.4.3.4	Termo de Compromisso (TC) no SFN .....	223
1.4.3.5	Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) .....	224
1.4.3	Panorama geral dos acordos de leniência e dos acordos assemelhados no Brasil .....	225

## CAPÍTULO 2

	LENIÊNCIA ANTITRUSTE.....	237
2.1	Leniência antitruste: contextualização e breve histórico legislativo.....	237
2.1.1	Da alteração da autoridade competente para celebrar o acordo de leniência antitruste na Lei nº 12.529/2011 .....	242
2.1.2	Do fim do impedimento para que o líder do cartel seja proponente do acordo de leniência antitruste na Lei nº 12.529/2011.....	244
2.1.3	Da ampliação dos ilícitos penais cobertos pela imunidade concedida ao signatário na Lei nº 12.529/2011.....	247
2.2	Leniência antitruste: requisitos legais.....	247
2.2.1	Primazia – Do requisito de a empresa ser a primeira a se qualificar com respeito à infração noticiada ou sob investigação .....	249
2.2.2	Cessação da conduta – Do requisito de a empresa e/ou pessoa física cessar sua participação na infração noticiada ou sob investigação .....	255
2.2.3	No momento da propositura, ausência de provas suficientes contra o proponente – Do requisito de que, no momento da propositura do acordo, a SG/Cade não disponha de provas suficientes para assegurar a condenação da empresa e/ou da pessoa física.....	256
2.2.4	Confissão – Do requisito de a empresa e/ou pessoa física confessar sua participação no ilícito .....	260
2.2.5	Cooperação com a investigação e ao longo de todo o processo – Do requisito de a empresa e/ou pessoa física	

	cooperar plena e permanentemente com a investigação e o processo administrativo.....	262
2.2.6	Resultado da cooperação – Do requisito de que a cooperação da empresa e/ou da pessoa física resulte na identificação dos demais envolvidos na infração e na obtenção de informações e documentos que comprovem a infração noticiada ou sob investigação .....	264
2.3	Leniência antitruste: benefícios .....	269
2.3.1	Benefícios administrativos do acordo de leniência antitruste para os infratores .....	269
2.3.1.1	Acordo de leniência antitruste total.....	273
2.3.1.2	Acordo de leniência antitruste parcial.....	273
2.3.1.3	Outras repercussões administrativas do acordo de leniência antitruste? .....	276
2.3.1.4	Leniência <i>plus</i> antitruste .....	277
2.3.2	Benefícios criminais do acordo de leniência antitruste para os infratores .....	285
2.3.2.1	Da participação do Ministério Público nos acordos de leniência antitruste .....	287
2.3.2.2	Da abrangência criminal do acordo de leniência antitruste.....	290
2.3.3	Benefícios do acordo de leniência antitruste para a investigação .....	293
2.3.4	Benefícios do acordo de leniência antitruste para a política de defesa da concorrência.....	294
2.3.5	Repercussões cíveis do acordo de leniência antitruste .....	296
2.4	Leniência antitruste: as fases de negociação.....	306
2.4.1	Fase 1: a proposta de acordo de leniência e a concessão de senha (“ <i>marker</i> ”) ou de termo de fila de espera.....	307
2.4.1.1	Da concessão da senha ( <i>marker</i> ).....	310
2.4.1.2	Da concessão do termo de fila de espera .....	314
2.4.2	Fase 2: a apresentação de informações e documentos .....	317
2.4.3	Fase 3: a formalização do acordo de leniência antitruste pela SG/Cade.....	321
2.4.4	Fase 4: a publicização (ou não) do acordo de leniência antitruste .....	325
2.4.5	Fase 5: a declaração de cumprimento (ou não) do acordo de leniência pelo Tribunal do Cade.....	333
2.4.6	Da desistência ou da rejeição da proposta de acordo de leniência antitruste .....	336

2.5	Leniência antitruste e TCC antitruste .....	338
2.5.1	Dos requisitos para a celebração de TCC antitruste em casos de cartel .....	343
2.5.1.1	Do requisito de promover contribuições pecuniárias para a celebração de TCC antitruste .....	345
2.5.1.1.1	Da base de cálculo das contribuições pecuniárias como requisito para a celebração de TCC antitruste.....	347
2.5.1.1.2	Da alíquota das contribuições pecuniárias como requisito para a celebração de TCC antitruste .....	348
2.5.1.1.3	Do desconto nas contribuições pecuniárias como requisito para a celebração de TCC antitruste .....	349
2.5.1.1.4	Outras discussões sobre as contribuições pecuniárias como requisito para a celebração de TCC antitruste.....	351
2.5.1.2	Do requisito de reconhecer a participação na conduta investigada para a celebração de TCC antitruste.....	355
2.5.1.3	Do requisito de colaborar com a instrução processual para a celebração de TCC antitruste .....	359
2.5.1.4	Do requisito de não praticar a conduta investigada ou agir de forma a gerar seus efeitos lesivos para a celebração de TCC antitruste .....	360
2.5.1.5	Do requisito de pagar multa em caso de descumprimento do TCC.....	361
2.5.1.6	Outras exigências específicas para a celebração de TCC antitruste específicos .....	363
2.5.2	Do procedimento de negociação e celebração de TCC antitruste .....	365
2.5.2.1	Da fase de proposta de requerimento de TCC ou da concessão de senha ( <i>marker</i> ).....	365
2.5.2.2	Da fase de abertura das negociações e da nomeação da comissão (na SG/Cade ou no Tribunal).....	366
2.5.2.3	Da fase de apresentação de informações e documentos que comprovem a infração.....	366
2.5.2.4	Da fase de apresentação da proposta final de TCC pelos proponentes e de parecer da comissão negociadora pela homologação ou pela rejeição da proposta.....	368
2.5.2.5	Da fase de homologação do TCC no Tribunal do Cade e da sua publicização.....	368
2.5.2.6	Da fase de acompanhamento do cumprimento do TCC pela ProCade.....	370
2.6	Leniência antitruste: panorama geral .....	370

## CAPÍTULO 3

LENIÊNCIA NO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	377
3.1 Leniência no Sistema Financeiro Nacional: breve histórico legislativo.....	377
3.2 Leniência no Sistema Financeiro Nacional: requisitos legais.....	382
3.2.1 Primazia – Do requisito de a empresa ser a primeira a se qualificar com respeito à infração noticiada ou sob investigação.....	384
3.2.2 Cessação da conduta Do requisito de a empresa e/ou pessoa física cessar sua participação na infração noticiada ou sob investigação.....	388
3.2.3 No momento da propositura, ausência de provas suficientes contra o proponente – Do requisito de que, na ocasião da propositura do acordo, o BC e a CVM não disponham de provas suficientes para assegurar a condenação administrativa da empresa e/ou da pessoa física.....	390
3.2.4 Confissão Do requisito de a empresa e/ou pessoa física confessar a prática da infração.....	394
3.2.5 Cooperação com a investigação e ao longo de todo o processo – Do requisito de a empresa e/ou pessoa física cooperar efetiva, plena e permanentemente para a apuração dos fatos, com as investigações e com o processo administrativo.....	395
3.2.6 Resultado da cooperação – Do requisito de que a cooperação da empresa e/ou da pessoa física seja útil ao processo, resultando na identificação dos demais envolvidos e na obtenção de informações e documentos que comprovem a infração.....	396
3.3 Leniência no Sistema Financeiro Nacional: benefícios.....	397
3.3.1 Benefícios administrativos do acordo de leniência no Sistema Financeiro Nacional para os infratores.....	397
3.3.1.1 Acordo de leniência total no BC.....	399
3.3.1.2 Acordo de leniência parcial no BC.....	401
3.3.1.3 Acordo de leniência total na CVM.....	406
3.3.1.4 Acordo de leniência parcial na CVM.....	406
3.3.2 Benefícios do acordo de leniência do Sistema Financeiro Nacional para a investigação.....	409
3.3.3 Benefícios do acordo de leniência do Sistema Financeiro Nacional para a sociedade brasileira.....	411
3.3.4 Repercussões criminais do acordo de leniência no Sistema Financeiro Nacional.....	411



3.3.5	Repercussões cíveis do acordo de leniência no Sistema Financeiro Nacional.....	419
3.4	Leniência no Sistema Financeiro Nacional: as fases da negociação.....	421
3.4.1	Fase 1: a proposta de acordo de leniência e sua qualificação/ admissibilidade.....	422
3.4.2	Fase 2: a negociação dos termos do acordo de leniência no Sistema Financeiro Nacional e a elaboração do histórico da conduta.....	427
3.4.3	Fase 3: a tomada de decisão colegiada sobre a assinatura do acordo de leniência no Sistema Financeiro.....	429
3.4.4	Fase 4: a publicização obrigatória do acordo de leniência.....	433
3.4.5	Fase 5: a declaração de cumprimento do acordo de leniência....	436
3.4.6	Da desistência ou da rejeição da proposta de acordo de leniência no Sistema Financeiro.....	438
3.5	Leniência e Termo de Compromisso no Sistema Financeiro Nacional.....	439
3.5.1	Breves considerações sobre a experiência prévia da CVM com relação aos Termos de Compromisso.....	441
3.5.2	Dos requisitos para a celebração dos Termos de Compromisso no BC e na CVM.....	444
3.5.3	Do procedimento de negociação e celebração dos Termos de Compromisso no BC.....	454
3.5.3.1	Da fase de proposta do Termo de Compromisso do BC.....	455
3.5.3.2	Da fase de avaliação sobre o prosseguimento ou não da rejeição preliminar pelo COTER.....	456
3.5.3.3	Da fase de negociação em si do Termo de Compromisso do BC.....	456
3.5.3.4	Da fase de decisão do COTER sobre a celebração do Termo de Compromisso do BC.....	457
3.5.3.5	Da fase de publicização obrigatória do Termo de Compromisso do BC.....	458
3.5.3.6	Da declaração (ou não) de cumprimento do Termo de Compromisso pelo BC.....	459
3.5.4	Do procedimento de negociação e de celebração dos Termos de Compromisso na CVM.....	459
3.5.4.1	Da fase de proposta do Termo de Compromisso na CVM.....	460
3.5.4.2	Da fase de avaliação sobre o prosseguimento ou da rejeição liminar pela Superintendência da CVM, ouvida a PFE.....	461
3.5.4.3	Da fase de negociação em si do Termo de Compromisso pelo CTC.....	461

3.5.4.4	Da fase de decisão colegiada sobre a celebração do Termo de Compromisso na CVM .....	463
3.5.4.5	Da fase de publicização obrigatória do Termo de Compromisso na CVM .....	463
3.5.4.6	Da declaração (ou não) de cumprimento do Termo de Compromisso na CVM .....	464
3.5.5	Das repercussões criminais, cíveis e administrativas dos Termos de Compromisso do BC e da CVM.....	464
3.6	Leniência e Termo de Compromisso no Sistema Financeiro: panorama geral .....	465

## CAPÍTULO 4

	<b>LENIÊNCIA ANTICORRUPÇÃO .....</b>	<b>467</b>
4.1	Leniência anticorrupção: breve histórico legislativo .....	467
4.2	Leniência anticorrupção: instituições envolvidas no “sistema nacional anticorrupção” .....	479
4.2.1	Da Controladoria-Geral da União (CGU) .....	483
4.2.2	Da Advocacia-Geral da União (AGU) .....	485
4.2.3	Do Tribunal de Contas da União (TCU).....	488
4.2.4	Do Ministério Público (MP) .....	499
4.3	Leniência anticorrupção: requisitos legais.....	503
4.3.1	Primazia – Do requisito de a empresa ser a primeira a manifestar interesse para a apuração do ato lesivo específico, quando tal circunstância for relevante .....	505
4.3.2	Cessação da conduta – Do requisito de a empresa cessar sua participação na infração noticiada ou sob investigação.....	510
4.3.3	Confissão – Do requisito de a empresa admitir sua participação no ilícito.....	511
4.3.4	Cooperação com a investigação ao longo de todo o processo Do requisito de a empresa cooperar plena e permanentemente com a investigação e o processo administrativo .....	513
4.3.5	Resultado da cooperação – Do requisito de que da cooperação resulte a identificação dos demais envolvidos na infração, quando couber, e a obtenção célere de informações e documentos que comprovem a infração noticiada ou sob investigação .....	515
4.3.6	Programa de integridade/ <i>compliance</i> – Do requisito de a empresa instituir ou aperfeiçoar o programa de integridade empresarial .....	518
4.3.7	Verbas pecuniárias – Do requisito de a empresa recolher verbas pecuniárias .....	524
4.4	Leniência anticorrupção: benefícios.....	532

4.4.1	Dos benefícios administrativos parciais do acordo de leniência anticorrupção para as pessoas jurídicas .....	533
4.4.2	Dos possíveis benefícios administrativos e cíveis do acordo de leniência anticorrupção para as pessoas físicas que adiram ao acordo .....	540
4.4.3	Outras repercussões administrativas do acordo de leniência anticorrupção? .....	543
4.4.4	Dos benefícios do acordo de leniência anticorrupção para a investigação .....	544
4.4.5	Benefícios do acordo de leniência anticorrupção para o combate à corrupção .....	546
4.4.6	Repercussões criminais do acordo de leniência anticorrupção ..	548
4.4.7	Repercussões cíveis do acordo de leniência anticorrupção.....	549
4.5	Leniência anticorrupção: as fases.....	552
4.5.1	Fase 1: a proposta de acordo de leniência à CGU e a assinatura do Memorando de Entendimentos com a CGU e a AGU.....	553
4.5.2	Fase 2: a negociação dos termos do acordo de leniência anticorrupção com a CGU e a AGU .....	559
4.5.3	Fase 3: a assinatura do acordo de leniência anticorrupção pela CGU e pela AGU.....	562
4.5.4	Da desistência ou da rejeição da proposta de acordo de leniência anticorrupção.....	563
4.5.5	Possíveis implicações nas fases da leniência anticorrupção decorrentes das ações sistêmicas e operacionais do Acordo de Cooperação Técnica STF/CGU/AGU/MJ/TCU de 2020.....	567
4.6	Leniência anticorrupção: panorama geral.....	571

## CAPÍTULO 5

LENIÊNCIA DO MP .....	573	
5.1	Acordo de leniência do MP: legislação aplicável.....	573
5.2	Leniência do Ministério Público: requisitos.....	584
5.2.1	Confissão, cooperação com a investigação e ao longo de todo o processo, resultado da cooperação e primazia – Do requisito de atender ao interesse público .....	586
5.2.2	Resultado da cooperação – Do requisito de apresentar informações e provas relevantes.....	588
5.2.3	Cessação da conduta – Do requisito de cessar a prática .....	592
5.2.4	Programa de integridade/ <i>compliance</i> – do requisito de implementar um programa de <i>compliance</i> ou equivalente (conformidade ou integridade).....	594

5.2.5	Cooperação com a investigação e ao longo de todo o processo – do requisito de colaborar .....	595
5.2.6	Verbas pecuniárias – do requisito de recolher verbas pecuniárias.....	597
5.2.7	Auditoria externa/monitor externo (“Monitor Independente de Compliance”) – do requisito de se submeter a auditoria/monitor externo, às suas expensas, se for o caso.....	607
5.3	Leniência do Ministério Público: benefícios .....	611
5.3.1	Dos benefícios cíveis do acordo de leniência para as pessoas jurídicas.....	611
5.3.2	Dos possíveis benefícios cíveis e criminais do acordo de leniência do MP para as pessoas físicas que adiram ao acordo da pessoa jurídica .....	612
5.3.3	Benefícios do acordo de leniência do Ministério Público para a investigação .....	620
5.3.4	Benefícios do acordo de leniência do Ministério Público para a sociedade brasileira .....	622
5.3.5	Repercussões administrativas do acordo de leniência do Ministério Público.....	622
5.4	Leniência do MP: fases de negociação.....	626
5.4.1	Fase 1: a proposta do acordo de leniência.....	627
5.4.2	Fase 2: a assinatura do Termo de Confidencialidade e o início das negociações do acordo de leniência .....	627
5.4.3	Fase 3: a assinatura do acordo de leniência pelo Ministério Público e a homologação interna pela 5ª CCR .....	628
5.4.4	Fase 4: a confirmação (ou não) dos benefícios do acordo de leniência em juízo .....	629
5.4.5	Da desistência ou da rejeição da proposta de acordo de leniência .....	630
5.5	Leniência do Ministério Público: panorama geral.....	631
	REFERÊNCIAS.....	633